

**REFORMANDO A REFORMA E REESTRUTURANDO O DISCURSO: A
PERSPECTIVA DOS DEPUTADOS DO PT NAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA
DOS GOVERNOS FHC E LULA**

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.9865>



Felipe Corral de Freitas

Universidade de Brasília – UnB – Brasil



Resumo

Conhecido por sua posição oposicionista ao governo FHC (PSDB), o PT e seus integrantes se colocaram contra a reforma da Previdência promovida pelo então governo do PSDB. No entanto, logo que se tornou governo, Lula (PT) não mediu esforços para aprovar uma reforma nos mesmos moldes do governo antecessor. Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar as propostas de reformas da Previdência dos governos FHC e Lula e identificar os argumentos dos deputados petistas proferidos durante as Seções do Grande Expediente da Câmara Federal no período que compreende a tramitação das reformas – entre 1995 e 1998 para a reforma do governo FHC, e em 2003 para a reforma do governo Lula –, com o intuito de verificar sua variação discursiva neste contexto entre as reformas, momento em que o partido inverte sua posição institucional. Para isso, serão utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, tais como discurso, articulação e antagonismo, imprescindíveis para captura dos sentidos atribuídos as reformas pelos parlamentares do PT. Então, com a chegada do PT ao comando do Executivo Federal, as reformas marcam, de forma elucidativa, a variação do discurso dos integrantes do partido e, por isso, do próprio partido, tendo em vista ser uma das primeiras políticas implementadas pelo partido assim que se tornou governo.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Reformas da Previdência; Teoria do Discurso.

Introdução

Desde sua formação, no início dos anos 1980, até o ano de 2002, o PT e seus integrantes sempre fizeram uma oposição ferrenha aos governos que comandaram o Executivo Federal. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – 1994 a 2002 –, o PT não mediu esforços para barrar reformas que considerava prejudicial ao direitos dos trabalhadores. No entanto, assim que chegou ao comando do Executivo Nacional, o governo petista buscou articular alianças com uma gama de partidos e políticos de ideologias distintas para realizar uma reforma na Previdência Social. De certo, a proposta de reforma da Previdência já estava contida no Plano de Governo do partido, mas colocá-la em prática era outra coisa. Neste sentido, a reforma da Previdência do governo Lula marcou um dos primeiros atos do representante do partido como governo.

Ao longo do tempo e principalmente durante as campanhas presidenciais de 1998 e 2002, já podiam ser identificadas alterações substanciais nos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores (PROGRAMA DE GOVERNO DO PT, 1989; 1994; 1998; 2002). Estas alterações, não só na forma como o PT e seu candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se apresentavam nas campanhas presidenciais, mas também em seus documentos (AMARAL, 2003; GARCIA, 2012), não elimina dois elementos que permeiam todo discurso do partido: preocupação com a questão social e redistribuição de renda a partir de políticas implementadas diretamente pelo Estado. Por outro lado, a reforma proposta no primeiro ano do governo petista como comandante do Executivo Federal, tornava factível, neste contexto específico, uma nova preocupação do partido: controle e equilíbrio de gastos públicos.

Neste sentido, com as mudanças em seus programas de governo e, principalmente, com a proposta de reforma da Previdência, muitas acusações de que o partido havia “traído” suas bases foram ventiladas. É certo que algumas alterações já podiam ser percebidas em seus documentos de formação e em suas propostas de governo de 1998 e 2002, mas o primeiro ato administrativo de relevância nacional que contradisse sua história pode ser atribuído, como veremos, a reforma da Previdência de 2003.

Se tratando de um espaço de tempo curto entre as reformas da Previdência do governo FHC e a do governo Lula, a alteração discursiva dos integrantes do PT se torna ainda mais peculiar. A posição ocupada pelo partido e o “real” entendimento do funcionamento da política institucional – por mais que já tivesse governando prefeituras e Estados – indicam, pelo menos em parte, esse novo posicionamento. Portanto, a mudança de posição – de oposição para situação – numa dimensão institucional afetou sua identidade política.

Identificado isso, o objetivo deste artigo é apresentar as propostas de reformas da Previdência dos governos FHC e Lula e identificar os argumentos dos deputados petistas em relação às mesmas, com o intuito de verificar sua variação discursiva nesse contexto em que o partido inverte sua posição institucional. Para isso, o trabalho está dividido em quatro seções, mais as considerações finais. Na primeira seção serão apresentados os principais conceitos da teoria do discurso de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe, os quais servirão para a compreensão dos argumentos enunciados pelos parlamentares. Na segunda seção será realizada uma breve apresentação sobre a formação do PT, bem como sua trajetória política até o ano de 2003, ano da reforma realizada pelo governo Lula. Na terceira seção será realizada uma apresentação dos principais pontos da Proposta de Emenda Constitucional 33/1998, com o intuito de contextualizar os pronunciamentos dos deputados do PT. Além

disso, serão apresentados os discursos dos parlamentares petistas tratando da reforma da Previdência de 1998, realizada no governo FHC, a fim de identificar suas significações e seus sentidos. Na quarta e última seção, estruturada da mesma forma que a seção anterior, será realizada uma apresentação dos principais pontos da Proposta de Emenda Constitucional 40/2003, com o intuito de contextualizar os pronunciamentos dos deputados do PT. Além disso, serão apresentados os discursos dos parlamentares petistas tratando da reforma da Previdência de 2003, realizada no governo Lula, a fim de identificar suas significações e seus sentidos. Por fim, nas considerações finais, será feito um fechamento levando em consideração o exposto nas seções anteriores.

Aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe: os conceitos aplicados à análise

A teoria do discurso teve seu momento inicial a partir da obra “Hegemonia e Estratégia Socialista: por um modelo radical de democracia”, escrito por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e publicado no ano de 1984. É a partir desta obra que novas reflexões foram feitas apresentando novos contornos ao desenvolvimento da teoria do discurso desenvolvida posteriormente por Ernesto Laclau. Assim, esta obra é a base de sustentação para as análises contidas nesse artigo. Além disso, outros trabalhos de Laclau também assumem um papel importante no desenvolvimento e na compreensão dos conceitos que serão apresentados aqui, como, por exemplo, “Emancipação e Diferença” e “A Razão Populista”.

Oriundos da tradição marxista, sobretudo inspirados nas obras de Antonio Gramsci e Louis Althusser, Laclau e Mouffe rompem, mas não completamente, com tal tradição, mais precisamente com seus pressupostos deterministas e economicistas. Nos termos propostos pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe, o marxismo não consegue dar conta das múltiplas relações sociais. Na verdade, segundo a teoria do discurso, não existe somente um antagonismo social, mas sim vários, e o antagonismo capital *versus* trabalho é somente uma forma de antagonismo existente no social. Assim, a partir de “Hegemonia e Estratégia Socialista”, Laclau e Mouffe adotam uma linha crítica à teoria marxista, mas não o abandono completo de suas categorias (apostam na ressignificação destas). Com a influência do pós-fundacionalismo e do pós-estruturalismo¹, principalmente de autores como Heidegger, Derrida e Lacan, Laclau e Mouffe dão continuidade à teoria do discurso com outras

¹ Para uma leitura mais completa sobre o pós-fundacionalismo e o pós-estruturalismo, ver, respectivamente, Marchart (2009) e Willians (2012).

publicações, destacando-se as realizadas por Laclau, em que o autor buscou ampliar o entendimento de sua teoria.

A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma teoria pós-estruturalista, percebe a precariedade e a contingência dos sentidos gerados a partir de um determinado discurso e não a confirmação de um fundamento desse discurso, uma essência de toda e qualquer produção discursiva. Deste modo, as verdades são construídas discursivamente e podem mudar com o passar do tempo, ou seja, não há uma verdade para todo o sempre como o fundamento do social. Com isso, todos os sentidos produzidos por um discurso e os elementos constitutivos desse mesmo discurso devem ser entendidos em seu contexto e a partir de suas condições de emergência. Um discurso é capaz de produzir apenas verdades parciais e instáveis, que poderão ser deslocadas e reestruturadas por outro discurso que, possivelmente, o antagonize.

Para Laclau e Mouffe (2015), um discurso é uma prática articulatória e significativa que constitui e organiza relações sociais. Essas práticas articulatórias buscam construir pontos nodais, os quais fixam parcialmente sentidos. Sendo assim, toda produção de sentidos depende de uma estrutura discursiva, ou seja, o discurso não está separado do social, ele é, necessariamente, uma produção que dá significado ao tecido social. Segundo os autores, discurso é a ligação entre palavras e ações e que, com isso, formam totalidades significativas. Na perspectiva dos autores, o linguístico não pode ser visto separado do social, rechaçando toda e qualquer separação entre práticas discursivas e práticas não discursivas. Mendonça (2007), enfatizando as características da teoria do discurso, afirma que todo espaço social é um espaço discursivo e que um discurso é uma prática social formado de significações, articulando fala e ação que se constituem dentro do campo da discursividade.

O ponto nodal de uma formação discursiva assume uma característica fundamental na construção do discurso. É através do ponto nodal que se estabelece a união entre os momentos diferenciais, pois, um ponto nodal – um ponto discursivo privilegiado – aglutina outros discursos em torno de si. Ele é, também, o determinante dos limites desse discurso, do que está articulado e do que não está articulado, ou seja, o que ele representa e o que não representa. Segundo Mendonça (2003), é o ponto nodal, um ponto discursivamente privilegiado, que organiza em torno de si os momentos diferenciais de uma formação discursiva. Toda prática articulatória resultará em um ponto nodal, o qual representará todas essas particularidades (LACLAU, 2011).

A noção de antagonismo parte da impossibilidade da objetivação de qualquer identidade, não havendo assim uma relação entre identidades plenas. A existência de um

discurso necessita obrigatoriamente de seu antagônico, ou seja, o discurso “A” só existe porque existe um discurso oposto, antagônico a ele, o discurso “B”. Assim, o discurso se constitui em oposição ao seu “negativo”, ao seu concorrente. Além do mais, o antagonismo impossibilita o fechamento completo dos sentidos de um discurso. E é esse concorrente, esse antagonismo discursivo, ou seja, a presença do outro que impede um determinado discurso de ser totalmente ele mesmo (LACLAU, MOUFFE, 2015). Como afirma Panizza (2009), referindo-se às ideias de Laclau, sem antagonismos não existiria política, e sim apenas administração, ou seja, na concepção do autor, o conceito de antagonismo é central para a política. Para Laclau e Mouffe (2015), o social pode ser percebido através de vários antagonismos e, ainda, quanto mais um sistema não responde de forma satisfatória às demandas sociais, quanto menos ele é capaz de conciliar as diferenças, maiores serão os pontos de antagonismos.

A relação antagônica e a formação de pontos nodais constituem o discurso, marcado pelo seu caráter hegemônico (LACLAU, 2013). Um discurso hegemônico é sempre um discurso sistematizador, pois ele aglutina outros sentidos, ou seja, hegemonia é quando uma identidade, de forma precária e contingente, passa a representar diversas outras identidades dentro desse discurso. Devido a isso, essa aglutinação de outras identidades, o discurso original acaba sempre se alterando, pois entra em contato com novas identidades. Com isso, o discurso sistematizador acaba abarcando novos sentidos, fazendo assim com que seu conteúdo original seja modificado, pois, para buscar essa hegemonia, ele tem de ampliar seus conteúdos e, ao realizar essa ampliação, perde seu sentido único. Portanto, são através dessas disputas hegemônicas que se constituem os discursos políticos, ou seja, a hegemonia parte de qualquer relação de luta política.

Segundo Laclau e Mouffe (2015), nenhuma lógica hegemônica pode dar conta de uma totalidade do social, ou seja, nenhuma determinada identidade pode representar o todo social, pois, como já havíamos destacado anteriormente, todo processo hegemônico necessita de uma relação de antagonismo. Portanto, nenhum processo hegemônico pode dar conta de todo social, nenhuma hegemonia será conduzida a uma lógica específica de uma força social única. Com isso, todo processo hegemônico tem o seu negativo e, além do mais, toda hegemonia se constitui em um antagonismo e logo passa a se constituir como um significante vazio.

Neste sentido, quando várias identidades significam um mesmo objeto dentro do campo da discursividade, se constitui como uma regularidade na dispersão. Nesta dispersão, com a articulação de elementos que, logo, passaram a ser momentos, se constitui um discurso,

uma relação hegemônica. Com isso, toda relação hegemônica se constitui a partir de uma representação, uma plenitude ausente que é representada por uma particularidade que se universaliza expandindo seu conteúdo próprio.

Mendonça (2007) afirma que todo processo hegemônico parte de uma identidade particular que consegue representar discursos ou identidades antes dispersas no campo da discursividade. A hegemonia, neste sentido, é um lugar vazio, pois para atingir a posição hegemônica uma determinada identidade necessita esvaziar as suas particularidades na busca de representar outras tantas identidades, portanto, universalizar seus sentidos. Assim, a particularidade que queira ter seus conteúdos universalizados, condição necessária da hegemonia, necessita representar mais do que sua mera particularidade. Para isso, toda representação requer a ampliação de seus sentidos que não estavam contemplados originalmente por sua identidade. Assim sendo, hegemonia é o momento da universalização de uma particularidade que passa a representar outras identidades, portanto, toda representação é um ato hegemônico.

Neste sentido, a representação constituída a partir de um discurso, de um particular que se hegemoniza na busca de se tornar um universal representativo, só é possível pela articulação de diversas identidades diferenciais que, por elementos diversos que se tornam momentos a partir da articulação em torno de algo que os une – como uma questão social qualquer –, sem perder seu elemento diferencial, se ligam a um ponto nodal. Dito de outra forma, um discurso contra a fome no mundo não estará sendo sustentado apenas pela “luta contra a fome”, mas tal luta se constituirá como um ponto nodal que representará, por exemplo, a forma como os alimentos são distribuídos pelo mundo, seu desperdício e, principalmente, articulada com elementos constitutivos de outros discursos, como um discurso mais amplo lutando contra todas as desigualdades sociais existentes em todas as partes do planeta. Sendo assim, a “luta contra a fome” representará esses diversos elementos que se tornaram momentos a partir da articulação e, além do mais, tal luta se apresenta como um particular que se tornou universal nesse momento representativo.

Segundo Laclau e Mouffe (2015), no espaço do social pode haver vários pontos de hegemonia decorrentes dos diversos antagonismos existentes. Todos os discursos buscam universalizar seus conteúdos particulares, ou seja, toda formação discursiva tem como objetivo expandir seu sentido na busca de se tornar um discurso sistematizador, um discurso hegemônico. Contudo, como já afirmado, para isso tal particularidade terá de esvaziar seus sentidos próprios para representar os vários elementos que se tornaram momentos a partir dessa prática articulatória. Sendo assim, todo discurso sistematizador acaba abarcando novos

sentidos, fazendo com que seu conteúdo original seja modificado, pois, para buscar essa hegemonia ele tem de ampliar seus conteúdos e, ao realizar essa ampliação, perde seu sentido único. Portanto, são por meio dessas disputas hegemônicas que se constituem os discursos políticos, ou seja, a hegemonia parte de qualquer relação de luta política que se constitua a partir do corte antagônico.

Os conceitos apresentados servirão de ferramenta metodológica para a compreensão dos sentidos atribuídos pelos parlamentares do PT às reformas da Previdência dos governos FHC e Lula. Para isso, o processo metodológico foi o mesmo de trabalhos anteriores (CORRAL DE FREITAS, 2011; 2013; 2015; 2016). Neste sentido, partimos do entendimento de que a posição adotada pelo partido nos momentos distintos das reformas reflete o caráter antagônico entre os partidos, e a defesa e a crítica em relação às reformas constituem os pontos nodais e as disputas por Hegemonia. A relação antagônica e constituição dos pontos nodais estabelecida entre os discursos do PT e do PSDB em ambas as reformas já foram trabalhadas por Corral de Freitas (2013), por isso tal análise não constitui objetivo deste trabalho. Então, entendendo haver uma relação de antagonismo a partir da defesa e das críticas em relação às reformas, o que constitui os pontos nodais dessas disputas, entre os discursos do PT e do PSDB nas duas reformas, o objetivo aqui é fazer uma comparação entre os discursos dos parlamentares petistas. Para isso, primeiramente foram identificadas certas regularidades em torno das significações atribuídas às reformas. Posteriormente, foram identificados os sentidos referentes há essas significações. Isso contemplado, o passo seguinte foi definir a formação discursiva em cada reforma. Por fim, foram comparados os discursos.

Um pouco sobre a formação do PT: um mapa da viagem

Com a expansão da classe operária a partir dos anos 60, as transformações sociais, econômicas e políticas criaram um ambiente em que o debate em torno dos direitos dos trabalhadores das fábricas insuflou os ânimos a partir da necessidade de uma organização política maior. A formação dos sindicatos nas “grandes” cidades industriais propiciou o surgimento de novas lideranças políticas no Brasil, principalmente a partir de 1977, quando o novo sindicalismo passou a denunciar a política de arrocho salarial implementada pelo governo. Nesse contexto, em que o novo sindicalismo questionava as organizações econômicas e políticas originadas durante o regime militar (AMARAL, 2003, p. 27-28)²,

² Após o golpe político em 1964, o regime militar, principal grupo envolvido no golpe e responsável pelo governo durante o período repressivo, se valendo de sua posição, aproveitou para reprimir os movimentos sindicais da época.

novas lideranças começam a conduzir os trabalhadores na luta por seus direitos e por salários mais dignos. Este foi o elemento fundamental na formação, organização e estruturação das bases do que se tornaria o PT. Foi durante essa mobilização que a figura de Luiz Inácio Lula da Silva surgiu como um de seus principais líderes políticos e um dos mais importantes porta-vozes das demandas dos sindicalistas e, com o fim do bipartidarismo, um dos principais articuladores para a criação do novo partido.

Com uma estrutura variada, mas com forte base nos sindicatos, a formação do partido e sua composição social contaram com Intelectuais, pessoas ligadas a Igreja Católica, com grande parte da classe trabalhadora e sindicatos vinculados às fábricas do ABC paulista – os metalúrgicos – como, também, os bancários vinculados ao Banco do Brasil (RODRIGUES, 2002; AMARAL, 2003; REIS, 2010). Além disso, a militância sempre foi um elemento que caracterizou o movimento formador do partido e suas atividades políticas na sociedade, o que o diferenciou, assim, dos outros partidos brasileiros (TERRON; SOARES, 2010, p. 312). Segundo Meneguello (1989, p. 91), o PT, no momento de sua formação, conferia muito mais importância às relações construídas com os movimentos sociais do que à atividade eleitoral e parlamentar³.

Entre 1989 (primeira eleição direta para Presidente após a redemocratização) e 1998, os programas de governo do PT não apresentaram mudanças substanciais. Nesse período, os programas foram ganhando novos elementos que configuravam o contexto político daqueles momentos. Como era de se esperar de um partido originário da esquerda, o principal ponto defendido – que permeava todas as outras questões – era a diminuição da desigualdade e a inclusão social do cidadão.

Ligado à esquerda socialista⁴, o partido defendia políticas tidas como radicais, como a suspensão do pagamento da dívida externa (PROGRAMA PT, 1989, 1994). Segundo os Programas de Governo do PT (1989, 1994), a dívida externa já teria sido paga e a cobrança dos juros era abusiva, por isso a defesa de suspender seu pagamento até que isso fosse revisto. Segundo seus primeiros programas, com a suspensão desse pagamento sobraria mais dinheiro para investir em questões sociais, como a construção de habitação para classes mais desfavorecidas e a elaboração de programas que buscassem a erradicação da fome e o fim do analfabetismo. De forma mais moderada, o Programa de Governo do PT de 1998 apresentava

³ Para outras informações sobre o partido, ver Samuels (2004; 2008).

⁴ Segundo Garcia (2012, p. 93), o PT nunca se reivindicou como um partido marxista, contudo sempre assumiu posições políticas ligadas ao socialismo e contra a ideia capitalista. Após 1989, o partido passou a debater suas ideias contra o modelo dominante, o neoliberalismo. Outras informações que abarcam o entendimento da esquerda no Brasil, ver Soares (2006).

como elemento essencial para o desenvolvimento do país a rediscussão do pagamento dessa dívida, mas mantinha a importância das políticas sociais em detrimento das políticas econômicas adotadas pelo governo de FHC do PSDB, por mais que o Plano Real tenha surtido efeito positivo para economia.

Conforme os Programas de Governo do PT (1989, 1994, 1998), o projeto econômico implementado no país não conciliava a ideia de desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, primordial para equilibrar a economia e diminuir as desigualdades. Os governos até então se preocupavam apenas com a estabilidade econômica sem levar em consideração as desigualdades existentes, diminuindo o crédito para as classes mais baixas e não desenvolvendo políticas públicas de habitação.

Nesse mesmo período, as alianças políticas construídas pelo partido sempre se mantiveram à esquerda do espectro político nacional. Conforme Garcia (2012, p. 94), enfatizando o Programa de Governo do PT de 1989, definiu-se que o partido não faria coligações e alianças políticas com “partidos burgueses”. As campanhas eleitorais eram vistas como mais do que uma simples campanha para ocupar cargos públicos eletivos, eram campanhas de luta e de denúncia, que buscavam apresentar a situação em que o povo se encontrava perante o sistema instituído, ou seja, não bastava simplesmente eleger candidatos, era preciso informar o cidadão.

Em 1989, quando o partido e Lula aceitaram o apoio de FHC do PSDB no segundo turno da eleição, os dois partidos e seus integrantes se uniram contra as estruturas da ditadura que ainda se mantinham fortes nas instituições políticas. Nesta mesma eleição, os partidos de esquerda que apresentaram candidatos à Presidência da República anunciaram apoio a Lula no segundo turno – o candidato à vice-presidência na chapa de Lula era José Paulo Bisol, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O PT e Lula só não aceitaram o apoio de Ulisses Guimarães e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) por que o governo anterior, de José Sarney, tinha tido uma péssima avaliação pela opinião pública e pela mídia (AMARAL, 2003, p. 68-70).

Na eleição de 1994, o PT decidiu construir uma candidatura “puro sangue”, com Lula para Presidente e Aloisio Mercadante como vice; o PSB compôs a coligação. Já para a eleição de 1998, a frente de esquerda comandada pelo PT e por Lula, além de manter o apoio do PSB, ganhou um apoio importante: Leonel Brizola, candidato à Presidência pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1989 e 1994, foi indicado como vice na coligação. Mesmo abrindo mão de elementos mais radicais em 1998, a principal aliança a contradizer as

bases históricas do partido ocorre em 2002, com a indicação de José Alencar, do Partido Liberal (PL), para vice-presidente da coligação.

É a partir da eleição de 2002 que algumas alterações de posições adotadas pelo partido e por parte de seus integrantes, principalmente os apoiadores de Lula, são percebidas. Como já mencionado, as alianças políticas se tornam mais heterogêneas, a começar pela indicação de José Alencar (PL) para vice. Além disso, por mais que existam elementos estruturais impostos pelo sistema político (o governo de coalizão), o PT aceitou o apoio do PMDB no Congresso Federal, partido aliado do PSDB em seus governos e que compunha a chapa com a indicação de Rita Camata a vice-presidente em 2002.

Amaral (2003, p. 158), analisando os programas do partido de 1989 a 2002, afirma que em 1998 o partido abandonou questões mais ideológicas ligadas ao socialismo e passou a se preocupar em construir projetos com propostas mais específicas. Além disso, é importante perceber que o partido passou a dialogar com outros grupos da sociedade, buscando, com isso, ampliar a sua base eleitoral. Antes preocupado com as questões dos trabalhadores, a partir de 1998 e principalmente após 2002, o partido demonstrou uma preocupação de caráter eleitoral. Identificou a necessidade de ampliar suas bases para conseguir eleger o Presidente da República – tal mudança pragmática nunca foi unanimidade no partido.

Neste mesmo ano de 2002, o partido apresentou um programa bem diferente de suas origens e mais moderado do que o de 1998. Passou a defender reformas que antes considerava antidemocráticas e a aceitar determinadas imposições de instituições internacionais, como o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Neste programa (2002), o partido retirou a afirmação de que não iria cumprir os compromissos financeiros assumidos pelo governo anterior. O pagamento da dívida externa é um exemplo emblemático da mudança de postura ocorrida no partido. Dentre outros elementos produzidos neste contexto, a “Carta ao Povo Brasileiro” serviu como aviso, não só ao povo, mas, também, aos agentes do mercado financeiro, de que se eleito, seu governo não cometeria nenhuma atitude contrária aos interesses desse grupo. A carta teve como um de seus propósitos responder à “política do medo” inflada pelos seus principais adversários políticos, que afirmavam a existência de um ataque especulativo à moeda brasileira no caso de vitória de Lula.

Diferentemente das eleições anteriores – de 1994 e de 1998 – em que o PT e Lula buscaram realizar alianças apenas com partidos de esquerda, o partido acabou se coligando com partidos mais conservadores e tidos como de direita, como o próprio PL e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). Por mais que os “partidos comunistas” tenham se mantido na coligação de 2002, já pôde ser percebida alteração no rumo de alianças adotadas pelo PT.

Por mais que o PT e Lula tivessem aceitado determinados constrangimentos estruturais – políticos e econômicos –, o partido sempre deixou em destaque sua preocupação com questões sociais e apresentou políticas para determinados problemas, como o combate à fome por meio do Programa Fome Zero e políticas voltadas para a ampliação do crédito para aquisição de casa própria – Minha Casa Minha Vida. Além disso, programas voltados para a área da saúde também foram apresentados em seus programas anteriores, permanecendo no de 2002: Melhor em Casa e Saúde da Família – formado no governo FHC do PSDB – foram dois projetos implementados e ampliados durante o governo Lula do PT.

No entanto, desde 2002 o PT tornou-se mais moderado e muito menos preocupado com os princípios ideológicos e partidários de seus anos iniciais. O PT sucumbiu à lógica das grandes campanhas eleitorais comandadas por “marqueteiros”. As doações de campanha vieram de grandes empresas e de empresários conhecidos, ou seja, o PT aceitou as imposições da burguesia para consolidar sua campanha e ter possibilidade real de vitória (GARCIA, 2012, p. 102; p. 106)⁵. Para se tornar presidente, Lula teve de garantir que iria buscar sustentar à estabilidade econômica antes de implementar políticas mais “radicais” voltadas para reduzir as desigualdades sociais existentes no Brasil⁶.

Nessa linha de pensamento, Reis (2010, p. 67) afirma que o PT, após 2002, acabou mudando ideologicamente, principalmente em relação à ala de esquerda mais radical que existia no partido. Decerto, a forma como é estruturado o modelo de governo brasileiro – um governo de coalizão – contribui significativamente para isso, pois, para constituir o governo e governar, o PT e Lula tiveram que fazer alianças jamais aceitas dentro do partido, como, por exemplo, as alianças não concretizadas em 1989, com Ulisses Guimarães (PMDB), e a negativa para o convite de ingresso no governo de Itamar Franco (PMDB), em 1993 (AMARAL, 2003, p. 27-28). Logo que assumiu a Presidência da República, em 2002, Lula honrou compromissos assumidos pelo governo anterior. Por conta disso, Lula é considerado um exemplo de “esquerda moderada”, sendo taxado de conservador pela crítica – até mesmo por ex-integrantes do PT – e de moderado pelos aliados (CAMPELO; ZUCCO, 2007, p. 26-26).

Depois de 2002 o partido deixou de condenar alguns pontos da agenda neoliberal, por mais que fizesse críticas aos governos de FHC do PSDB e às medidas econômicas adotadas naquele governo. Identificadas às diferenças dos governos, evidencia-se essa nova postura do

⁵ Até então, as doações eram realizadas pelos militantes e simpatizantes do partido.

⁶ Tais pontos foram apontados na “Carta ao Povo Brasileiro”, como resposta as ofensivas realizadas por integrantes do PSDB e pelo seu candidato à Presidência da República, José Serra.

PT, uma “postura mais moderada ideologicamente e mais adaptada às imposições do sistema político brasileiro” (AMARAL, 2010, p.106). Com isso, fica evidenciada a caminhada do partido em direção ao centro do espectro político, pois o partido estaria abrindo mão de sua ideologia inicial em prol de uma nova visão política, a busca pela governabilidade a partir da democracia representativa institucional – além da profissionalização de suas campanhas que passaram a ser elaboradas por especialistas em marketing.

Principais pontos da PEC 33/1995 e o discurso oposicionista do PT

Com a PEC 33/1995 a Previdência Social brasileira, após a Constituição de 1988, começava a ser reformulada, estabelecendo novas regras para a obtenção de aposentadorias. Um dos primeiros pontos a ser destacado estava relacionado com a forma que seria gerida a Previdência do Regime Próprio, ou seja, dos servidores públicos. Segundo a PEC 33/1995, apontando os critérios referente a forma como seria estruturada a Previdência Social para os servidores públicos, além dos trabalhadores da ativa – os que ainda estão trabalhando e contribuindo para a Previdência –, os inativos e os pensionistas deveriam contribuir com o sistema – este ponto não foi aprovado.

Outro ponto importante da PEC 33/1995 é o que se refere à questão sobre o reajuste do valor do benefício e, ainda, sobre o tempo mínimo de permanência do trabalhador em seu último cargo para ter direito a aposentadoria condizente com sua contribuição. O reajuste dos benefícios pagos pela Previdência manteria o “valor real”, garantindo, com isso, que o beneficiário tivesse as correções necessárias em seus proventos. Além disso, a partir da PEC 33/1995, a mudança no sistema definiria qual seria o tempo mínimo de permanência do trabalhador em seu último emprego para que o mesmo obtivesse o direito de se aposentar recebendo seus proventos referentes a esta última ocupação. Deste modo, o trabalhador que, ao se aposentar, não tivesse permanecido um tempo mínimo em seu último emprego, não teria o direito de receber os proventos de sua aposentadoria referente à remuneração recebida na sua última função. Neste sentido, seria realizado um cálculo, com base em sua contribuição à Previdência, para se obter uma estimativa de quanto o trabalhador teria direito de receber ao se aposentar.

Tratando sobre os recursos da Previdência do Regime Geral, destinada aos trabalhadores do setor privado, a PEC 33/1995 passaria definir que a seguridade social seria subsidiada por recursos de diversos setores da estrutura política nacional e da sociedade. Parte dessa receita ficaria por conta dos governos e a outra dividida entre empregadores e empregados, formando, assim, a seguridade social. Em consequência, o empregador seria

responsável por pagar os direitos previdenciários aos seus empregados, além de contribuir sobre a receita e o lucro de seu empreendimento econômico. No caso do empregado, a sua contribuição dependeria da sua ocupação, portanto, cada ocupação teria uma alíquota contributiva para a Previdência. Ainda, a PEC 33 /1995 definia que outras fontes poderiam servir de complemento para a seguridade social e, também, como seria definida a transferência dos recursos para a assistência de saúde e assistência social.

Abordando a questão referente às aposentadorias de outros grupos, incluindo o Regime Próprio e o Regime Geral, o texto da PEC 33/1995 exhibe, referente às aposentadorias por invalidez, que a aposentadoria integral só seria mantida nos casos mais graves, já nos outros casos a aposentaria seria proporcional à contribuição do trabalhador, ou seja, seria levado em conta o tempo de contribuição e a idade do mesmo. Além do mais, a aposentadoria compulsória seria aos setenta anos de idade, mantendo o caráter da proporcionalidade.

Outro aspecto informado através da PEC 33/1995, é referente à aposentadoria por idade. Nela, o homem poderia requerer a sua aposentadoria aos sessenta e cinco anos de idade, enquanto a mulher aos sessenta anos idade – o tempo mínimo de contribuição se manteria, 35 para homens e 30 para mulheres. No caso dos trabalhadores rurais, da economia familiar, incluindo o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, teriam reduzidos em três anos a idade mínima para a obtenção de suas aposentadorias – esses pontos foram aprovados.

A PEC 33/1995 extinguiria a aposentadoria especial para professores. Este ponto marcou uma grande polêmica com relação à Proposta, pois outras aposentadorias especiais acabaram sendo mantidas – este ponto foi aprovado.

Por fim, a PEC 33/1995 destaca que a transição do sistema antigo para o novo levaria em conta quem já estivesse aposentado e quem já tivesse o direito de se aposentar, estes teriam os seus direitos antigos mantidos. Sendo assim, os trabalhadores em condições de solicitar a sua aposentadoria não passariam para o novo sistema, seus benefícios seriam mantidos conforme o modelo antigo da Previdência. Deste modo, apresentado os principais pontos da PEC 33/1995, o quadro abaixo (FIG.1) faz um resumo dessas características⁷.

Quadro 1 – Principais pontos da PEC 33/1995.

⁷ Para uma bibliografia referente à reforma da Previdência do Governo Cardoso, ver Melo (1996; 2002), Neto (1999), Brant (2001) e Teixeira (2001), apenas para citar alguns. Para um resumo do debate em torno dessa reforma, ver Freitas (2016).

Pontos	PEC 33/1995
1) Cálculos dos benefícios	Define o tempo mínimo que o contribuinte tem de permanecer em seu último emprego para que o mesmo possa ter o mesmo benefício no momento que se aposente.
2) Aposentadoria – idade e tempo	Estipula a idade mínima para requerer a aposentadoria, bem como define o tempo de serviço para a aposentadoria, extinguindo a aposentadoria proporcional por tempo de serviço.
3) Contribuição dos inativos	Todos os inativos deverão contribuir com a Previdência.
4) Transição	Manterá os direitos dos que já estão aposentados e dos que já poderiam se aposentar, mesmo que continue na ativa.

Fonte: Proposta de Emenda Constitucional 33/1995 (1995).

Compreendido os principais pontos da PEC 33/1995, passaremos agora para os pronunciamentos dos parlamentares do PT em relação à mesma. É importante destacar que o PT, mesmo se configurando neste momento político como oposição ao governo do PSDB durante o mandato de Cardoso, não se colocava contrário à necessidade de realização de uma reforma na Previdência Social – fato que retornou em 2003 para justificar a reforma da Previdência do governo Lula. Podemos perceber isso nas palavras do deputado Humberto Costa (PT-PE):

Nossa preocupação com a profundidade da discussão não está subordinada a qualquer interesse procrastinador das mudanças, até porque entendemos que a Previdência Social brasileira necessita de correções e aperfeiçoamentos. Advém da nossa compreensão de que a Previdência materializa um pacto entre gerações e se constitui em importante instrumento de redistribuição de renda em um país injusto como o nosso, razão por que qualquer mudança em sua estrutura deve ser resultado de um grande consenso nacional. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 31 de outubro de 1995, p.03666).

Nessa mesma perspectiva, o deputado José Genoíno (PT-SP) afirma o seguinte:

É claro que a Previdência Social precisa de uma reforma estrutural, e o PT tem proposta nesse sentido, do Deputado Eduardo Jorge. Acharmos que a médio e longo prazo é necessária uma reforma estrutural na Previdência Social. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 de outubro de 1998, p. 24374).

Deste modo, muitas vezes o argumento sobre a necessidade de reforma vem acompanhado com outras características, gerando, com isso, os sentidos sobre a necessidade

da reforma. Portanto, através da articulação discursiva entre os deputados petistas, mesmo que exista uma significação de necessidade de reforma, outros sentidos são atribuídos a essa necessidade.

Com isso, são incluídos, nessa articulação discursiva, novos elementos quanto à necessidade de reforma, mesmo que outros elementos de crítica comecem a figurar nos pronunciamentos dos deputados. Com relação aos benefícios que a Constituição de 1988 consolidou para a classe trabalhadora, o deputado Padre Roque (PT-PR) afirma o seguinte:

Nasce a Constituição Federal de 1988. E é justamente parte deste precioso patrimônio que o Governo quer eliminar com seu projeto de reforma da Previdência. Parece-nos que o que se quer, na verdade, é reformar coisa alguma, ou melhor, deformar para deixar pior ainda de como está, aliás, prática comum da equipe que assumiu os rumos do País há mais de um ano. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 01 de janeiro de 1996, p. 02248).

No tocante à questão do papel da Constituição de 1988, o deputado Chico Vigilante (PT-DF) destaca o seguinte em seu pronunciamento:

Naquele momento ninguém disse que aquela Constituição iria inviabilizar o Estado brasileiro, por que incluía privilégios para o servidor público. Ninguém falou de Privilégios na Previdência Social! Todos disseram que se tratava de conquistas corretas absolutamente compatíveis com a realidade do País. O que mudou em seis anos? Qual a diferença entre o comportamento dos políticos da época e dos que estão hoje aqui? As Lideranças que estão aí hoje são as mesmas. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25 de maio de 1996, p. 15088).

Outros problemas são apontados na reforma pretendida pelo governo Cardoso, como o deputado Chico Vigilante (PT-DF) afirma em seu pronunciamento:

Na chamada reforma da Previdência, por exemplo, o que o Governo quer é, fundamentalmente, livrar-se da responsabilidade pública com seguridade social. Não foi casual, portanto, a enorme discussão que contrapôs tempo de contribuição e tempo de serviço. Não era, como se tentou fazer passar uma mera questão terminológica. O que o Governo queria era um retorno ao tempo das caixas de pensão e do auxílio-funeral. Cada corporação cuida de si e quem pode comprar, no mercado, a sua previdência. Agredindo direitos e conquistas sociais legítimas, sem desmontar os verdadeiros privilégios do andar de cima da sociedade, o Governo, objetivava, ao mesmo tempo, resolver problemas tópicos de caixa e abrir o suculento orçamento da previdência para a exploração privada. Em nenhum país civilizado do mundo esse arranjo desarrazoado mereceria o nome de reforma da Previdência. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 de maio de 1996, p. 09533).

Estes pontos retornaram na reforma da Previdência do governo Lula, mas com outros sentidos explicativos para sua aprovação, como será apresentado na seção seguinte.

Ainda nesta mesma linha de pensamento, o deputado Padre Roque (PT-PR) aborda a questão sobre o tempo de contribuição e o tempo de serviço, destacando a posição contrária do deputado com relação à negociação entre o governo e a base sindical sobre tal questão. Pode-se perceber isso nas palavras do deputado:

No que concerne ao tempo de contribuição e tempo de serviço, o acordo firmado entre o Governo e as Centrais Sindicais, a nosso entender, também está muito longe

do mínimo que toda a sociedade brasileira deseja. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de janeiro de 1996, p.02250).

Outro ponto importante é a respeito da existência de um déficit na Previdência Social e de uma possível manipulação de informação. Desta forma, uma nova significação quanto a Reforma se articula com o discurso contrário a mesma. Podemos perceber seus sentidos a partir do pronunciamento da deputada Maria Laura (PT-DF):

Como já dissemos anteriormente, a capacidade de enganar e de manipular informações é enorme. No caso da reforma da Previdência, isto ocorre mais uma vez. Uma das grandes justificativas para a redução de direitos dos trabalhadores é a de que a Previdência tem um grande déficit e está falida. Na realidade, há cinco anos a Previdência dá superávit da ordem de dois a três bilhões de dólares por ano. Entre 1967 e 1990, o Governo Federal deixou de pagar à instituição algo da ordem de 25 bilhões de dólares. Pesquisas feitas por técnicos da Previdência revelam que tanto os gastos como o pagamento de benefícios como as fontes de receitas caíram sensivelmente, porque a estrutura de financiamento da seguridade social está estreitamente ligada ao desempenho econômico do País (...) A proposta de redução de benefícios, como o término da aposentadoria por tempo de serviço, está baseada em dados mentirosos. Aliás, como são mentirosas todas as justificativas para a reforma da Constituição. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 01 de abril de 1995, p.4996).

Segundo a deputada Maria Laura (PT-DF), algumas pesquisas demonstram que a existência do déficit na Previdência não passa de manipulação de informações e que, na verdade, a Previdência estaria tendo superávit. Neste mesmo sentido, o deputado Padre Roque (PT-PR) afirma o seguinte:

Alheio a estas questões, o Governo utiliza o caso das aposentadorias especiais para embasar seu falso argumento de estar procurando reduzir o déficit e as despesas da Previdência, hoje estimada em R\$36 bilhões ao ano. Falso argumento, repito. Aliás, basta cotejar a última publicação mensal do próprio MPAS, enviada a todos os gabinetes dos parlamentares destas duas Casas, para que comprovemos a falácia das argumentações oficiais. Com efeito, querendo demonstrar que as despesas com benefícios crescem mais do que as da arrecadação, a relação contribuição-benefícios de 1989 a 1995 aponta para um superávit de caixa na ordem de 34.2 bilhões de reais, em apenas sete anos. Perguntamos: onde está este dinheiro? Que fim levou? Se aplicado, quanto teria rendido mensal ou anualmente? Ademais, se há déficit, então caberia perguntar sobre quem são os responsáveis por isso? (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de janeiro de 1996, p.02250).

Deste modo, o argumento de déficit da Previdência passou a ser combatido pelos parlamentares petistas, ou seja, a justificativa de reformar a Previdência devido à existência de um déficit não poderia servir como base para os cortes dos direitos sociais dos trabalhadores.

A significação sobre a injustiça da reforma, gerando novos sentidos contrários à mesma, como, por exemplo, o corte de privilégios, se mostra como sendo um dos pontos mais “batidos” pelos deputados petistas, servindo, também, de sustentação crítica à reforma, como podemos perceber nas palavras do deputado Paulo Paim (PT-RS):

Sr. Presidente, essa reforma, na verdade, só tira direitos da classe média para baixo, acaba com os direitos dos servidores públicos, e, é preciso dizer, o grande

prejudicado, tanto na reforma administrativa quanto na previdenciária, é o servidor público, que não sabe disso, porque não há a devida divulgação. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 de dezembro de 1995, p.09529).

Nesta mesma perspectiva, o deputado Waldomiro Fioravante (PT-RS), afirma o seguinte:

Em primeiro lugar é importante destacar que a população brasileira não está sendo devidamente informada sobre o que está sendo proposto aos trabalhadores brasileiros. Este Governo, em especial o Presidente Fernando Henrique Cardoso, utiliza-se dos meios de comunicação para desviar a atenção do povo quanto aos grandes eixos da reforma da Previdência, extremamente nocivos aos trabalhadores, como é o caso do fim da aposentadoria por tempo de serviço, estabelecendo-se o prazo de 35 anos de contribuição para o homem e de 30 anos para a mulher, o que fará com que mais de 50% da classe trabalhadora brasileira, quando chegar à idade de se aposentar, não tenha condição de fazer a prova do tempo de contribuição. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02 de outubro de 1997, p.30435).

Deste modo, a articulação dos sentidos de “injustiça” da reforma ajuda na construção de um discurso hegemônico contrário a mesma. Outro aspecto da reforma, que marcou grande polêmica, é com relação à “taxação dos inativos”, a qual foi bastante criticada pela oposição petista, como podemos perceber nas palavras do deputado Chico Vigilante (PT-DF):

Sr. Presidente, acabo de receber um fax do Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal, que diz o seguinte: "Prezado amigo Deputado Chico Vigilante: o Correio Brasiliense de hoje Publica em sua página 04 na matéria sob o título Governo insiste na contribuição dos inativos, declaração do Relator da Reforma da Previdência, Deputado Euler Ribeiro, da qual destaco o seguinte: (entre aspas) – Conto com o apoio da Associação dos Aposentados e Pensionistas, - diz ele, prosseguindo o jornal com a seguinte afirmação: A Associação dos Aposentados e Pensionistas enviou documento a Euler concordando com a contribuição e mostrando que ela é necessária para equilibrar as contas do Governo. Como Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Brasília, por nos fundada há 16 anos, de cuja iniciativa resultou, há anos, a conquista do aumento 147% - com repercussão nacional, e como Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal, posso declarar que é absolutamente inverídica a declaração do Deputado Euler Ribeiro. A nossa associação não apoiou, não apóia e não apoiará essa tentativa de, mais uma vez, lesar o já miserável benefício dos aposentados e pensionistas. Tenho a certeza de expressar também o pensamento da Confederação Brasileira de Aposentados, da qual me orgulho de ser um dos vice-presidentes. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 01 de fevereiro de 1996, p.03022-03023).

Nesta mesma corrente, o deputado Padre Roque (PT-PR) afirma o seguinte:

Tampouco aceitamos a proposta do Governo de obrigar os aposentados e pensionistas a contribuírem com a Previdência nos termos que estão sendo sugeridos pela equipe ministerial. Por que obrigar trabalhadores que já deram sua quota de sacrifício a este País a continuar destinando parte dos seus parcos vencimentos ao sistema previdenciário? Ou, então, queremos, por acaso, que eles usufruam do benefício apenas após a morte? Pobres trabalhadores! Defender proposta como esta significa ignorar o fato de que grande parte da população brasileira é obrigada a trabalhar desde a mais tenra infância para auxílio e sustento da família. Defender esta tese significa negar ao aposentado e pensionista o direito a um justo descanso, após décadas de trabalho, isto é mais grave ainda, quando nos damos conta de que a expectativa média de vida dos brasileiros é de pouco mais de sessenta anos. Mesmo assim, o Governo insiste em dizer inverdades como na quarta-feira passada. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23n de janeiro de 1996, p.02249).

Com isso, a oposição realizada pela base petista em relação à reforma, percebida aqui através dos pronunciamentos dos deputados federais do PT, se caracteriza como um discurso antagônico a proposta de reforma da Previdência. Mesmo que antagônica, pôde-se perceber, nos pronunciamentos dos deputados do PT, a construção da significação de necessidade de reforma. Contudo, a forma como a reforma era conduzida não agradava os deputados petistas, destacando o caráter injusto da mesma. Portanto, a partir dos sentidos gerados pelos deputados petistas quanto à reforma da Previdência do governo Cardoso e, tendo, assim, formado um discurso hegemônico contrário à mesma, a reforma foi percebida da seguinte forma (FIG.2):

Quadro 2 – Sentidos sobre a Reforma da Previdência do governo Cardoso.

Percepção da reforma da Previdência do governo Cardoso – Deputados do PT	
Significação	Sentidos
1) Necessidade da reforma:	Recuperação e manutenção do sistema previdenciário;
2) Constituição de 1988:	A reforma marcaria um retrocesso nas garantias dos direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores;
3) Privatização da Previdência Social:	Um dos objetivos da reforma, pois busca abrir a Previdência para empresas privadas;
4) Manipulação de informação e negociação com os sindicatos:	Uso da mídia e de “jogo político” para esconder os verdadeiros objetivos da reforma;
5) Déficit da Previdência	Inexistência do déficit, existência de um superávit e desvio das receitas da Previdência;

6) Injustiças da reforma:	Acabar com os privilégios, instaurar o fator previdenciário, aumentar a idade mínima para a obtenção da aposentadoria, implementar o tempo de serviço e criar a contribuição previdenciária para os que já estão aposentados – “taxação dos inativos”.
7) Contribuição dos Inativos:	“Taxação dos inativos” e sacrifício para o contribuinte.

Fonte: Diário da Câmara Federal – Grande Expediente (1995;1996;1997; 1998)

A posição de oposição do PT foi um dos principais elementos que colocou seus integrantes contra a reforma. Além disso, podemos atribuir as origens do partido como outro elemento constituidor dessa oposição. O ponto nodal desse discurso foi o posicionamento crítico dos parlamentares, que formado pelas significações geraram sentidos contra a reforma. Além disso, podemos identificar, no discurso dos representantes petistas, um sentido hegemônico contra a reforma pretendida pelo governo tucano. Por fim, até este momento podemos atribuir ao PT e a oposição realizada como algo que reflete sua identificação partidária “original”.

PEC 40/2003: A metamorfose e o “novo” discurso

A partir desse momento serão apresentados os principais pontos da PEC 40/2003, conhecida como Proposta de Emenda Constitucional n° 40 de 2003. Além disso, serão apresentados os pronunciamentos dos deputados do PT, enfatizando sua significação e seus sentidos em relação à mesma.

Conforme a ementa da PEC 40/2003, configurava-se uma nova reforma na Previdência Social brasileira, estabelecendo novas mudanças em relação à Constituição de 1988 e algumas alterações em relação à Emenda Constitucional n° 20 de 1998 (EC 20/1998)⁸. Segundo a explicação da ementa, o salário pago ao Supremo Tribunal Federal (STF) serviria como teto de remuneração para todos os cargos públicos. Além disso, a explicação da ementa

⁸ A Emenda Constitucional n° 20 de 1998 (EC 20/1998) foi originária da Proposta de Emenda Constitucional n° 33 de 1995 (PEC 33/1995).

deixa explícita a cobrança de uma taxa aos servidores públicos inativos, ou seja, retoma um dos pontos da PEC 33/1995. Ainda, referente à explicação da ementa, extingue-se a as regras para as aposentadorias voluntárias – neste caso seria criado um redutor para cada ano que o trabalhador ainda devesse trabalhar.

Nos termos da PEC 40/2003, as aposentadorias seriam calculadas com relação às remunerações recebidas pelo trabalhador e, portanto, com relação à contribuição do mesmo. Neste sentido, mesmo que o trabalhador tenha trabalhado dez anos no seu último emprego, antes de requerer a aposentadoria, seria realizado um cálculo levando em conta todo o período de contribuição do mesmo, desta forma, o último salário não será à base de sua aposentadoria, mas sim uma variável para a mesma – isso foi aprovado.

Conforme a PEC 40/2003, o pagamento de pensões por morte teria uma redução de 30% no benefício, ou seja, no caso de morte do servidor, a pensão paga não poderia ultrapassar o valor máximo de 70% dos proventos recebidos por ele. Ainda, segundo a PEC 40/2003, é garantido o reajuste das pensões no intuito de manter o seu valor real. Com relação à Previdência Complementar, a PEC 33/2003 define que o Poder Executivo, tanto da União, dos Estados e do Distrito Federal como dos Municípios, poderia instituir e definir o formato de seu sistema e, além disso, como se daria a contribuição dos servidores dessa instituição. A PEC 40/2003 estabelece um teto máximo para a cobrança de uma taxa dos aposentados, ou seja, o aposentado que ganhar até este teto não terá de contribuir com a Previdência Social, ficando isento dessa contribuição. A PEC 40/2003 relata que todos os salários de contribuição considerados para o cálculo do benefício seriam devidamente atualizados. Caso estes proventos ultrapassem a limite a ser pago, o mesmo sofreria uma redução, a fim de manter o equilíbrio da Previdência Social – esses pontos foram aprovados.

Nos termos da PEC 40/2003, o servidor que se aposentar sem ter completado a idade mínima, sessenta e cinco anos, se homem, e sessenta anos, se mulher, teria uma perda percentual sobre seu benefício. Desta forma, a cada ano de diferença entre a idade mínima para a aposentadoria e a idade em que o servidor decidisse se aposentar, incidiria um redutor sobre seus proventos. Já o servidor que, tendo cumprido todas as exigências para adquirir a aposentadoria e decidisse continuar na ativa até a data da compulsoriedade, setenta anos de idade, teria um abono incidente sobre seus proventos – esses pontos foram aprovados.

De acordo com a PEC 40/2003, todos os trabalhadores que, até o momento da publicação da mesma, já tivessem alcançados todos os requisitos para que pudessem requerer a sua aposentadoria, teriam garantidos os seus direitos. Caso o servidor decida continuar na

ativa, o mesmo passaria receber um abono por cada ano a mais de trabalho, até a compulsoriedade.

Conforme a PEC 40/2003, todos os servidores já aposentados teriam de contribuir com a Previdência. No entanto, com relação ao texto da PEC 40/2003, o aposentado que receber menos que o teto não precisaria realizar essa contribuição – esses pontos foram aprovados.

Neste sentido, foi construído um quadro para melhor apresentar os principais pontos da PEC 40/2003, resumindo o que foi apresentado até este momento⁹.

Quadro 3 – Principais pontos da PEC 40/2003.

Pontos	PEC 40/2003
1) Cálculos dos benefícios	Extingue o tempo mínimo do último emprego do contribuinte e passa a levar em consideração a remuneração e contribuição do servidor em toda a sua vida laboral.
2) Aposentadoria – idade e tempo	Amplia a restrição dos benefícios impostos pela PEC 33/1995, corta em 30% o benefício pago em caso de morte e modifica o cálculo para as aposentadorias por idade ou por tempo de serviço.
3) Contribuição dos inativos	Recoloca este ponto em pauta e restabelece os critérios de contribuição.
4) Transição	Também manterá os direitos dos que já estão aposentados e dos que já poderiam se aposentar, caso decida continuar ativa, o servidor terá um acréscimo em seus proventos – até mesmo quando se aposentar.

Fonte: Proposta de Emenda Constitucional 40/2003 (2003).

Passaremos neste momento aos pronunciamentos dos parlamentares petistas tratando da reforma do governo Lula. Agora, invertendo sua posição política de oposição e se tornando governo, o discurso do PT, representados pelos parlamentares, se altera de forma significativa.

⁹ Para uma bibliografia referente à reforma da Previdência do governo Lula ver Marques, Batich, Mendes (2003), Marques, Mendes (2004; 2007), Melo, Anastasia (2005), Nakahodo, Savoia (2008), Marques, Mendes, Ugino, Andrade (2009) e Batich (2010), apenas para citar alguns. Para um resumo em torno dessa reforma, ver Freitas (2015).

Em relação à reforma pretendida e realizada durante o governo Lula, a significação de necessidade de reforma, contida nos argumentos dos deputados petistas em relação à reforma do governo Cardoso, pode ser percebida no pronunciamento do deputado Chico Alencar (PT-RJ):

Queremos ser protagonistas no processo. Estamos vivendo a terceira etapa dessas reformas, que não serão as únicas; não são a salvação da economia nem serão o marco fundamental do Governo Lula, mas têm o seu peso e a sua importância. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 13 de maio de 2003, p. 19892).

Neste mesmo sentido, o deputado Leonardo Monteiro (PT-MG) afirma o seguinte em seu pronunciamento:

Quanto à reforma da Previdência, será necessária também uma ampla discussão com os setores atingidos, considerando-se as várias nuances da questão previdenciária. Temos que pensar na situação do produtor rural, dos servidores públicos ativos e inativos, dos aposentados e pensionistas e do trabalhador comum. É claro que cada grupo está preocupado com a ameaça de possíveis perdas em seu setor, mas é preciso que pensemos na reforma como um todo, para que ela venha a corrigir distorções, como aposentadorias de poucos no valor de 50 mil reais e da maioria de apenas 1 salário mínimo. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 28 de maio de 2003, p. 23413).

A deputada Maria do Rosário (PT-RS), tratando da necessidade de reforma, afirma o seguinte:

Estamos vivendo novo momento político, de afirmação da credibilidade do Presidente da República, a fim de que se façam importantes mudanças para a Nação. A reforma da Previdência tem precisamente esse caráter. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 12 de agosto de 2003, p. 37620).

Sendo assim, a partir da significação de necessidade de reforma, novos sentidos se articulam em torno do discurso de defesa da mesma. Tais argumentos já tinham sido proferidos durante o debate da reforma do governo Cardoso, no entanto com um tom crítico, bem diferente dos sentidos produzidos neste contexto, o que caracteriza o início do deslocamento do discurso petista.

Com relação às críticas tecidas ao governo de Cardoso por não realizar a reforma, o deputado João Magno (PT-MG) afirma o seguinte:

Quanto à reforma da Previdência, não soube ou não teve condições políticas, o Governo anterior, para articulá-la perante a sociedade. Se nós, do PT, que construímos um partido de baixo para cima, enraizado na sociedade, estamos tendo dificuldade em articular essa reforma, o que dizer de um Governo que não possuía essas credenciais? A falha, pois, foi de articulação política, já que aquele Governo possuía maioria de sobra no Congresso Nacional para aprová-la sozinha, como fez em relação a outras emendas constitucionais, como a emenda da reeleição. Por que conseguiu aprovar a emenda da reeleição, mas não conseguiu aprovar as reformas da Previdência e tributária? (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 de julho de 2003, p. 34008).

A construção discursiva em defesa da reforma da previdência do governo Lula articula sentidos variados, como demonstrados até este momento. Articulando a questão sobre a necessidade de reforma e a negociação que o governo realizou com a sociedade e com a classe política, o deputado Maurício Rands (PT-PE) afirma o seguinte:

Essa condução responsável, em sintonia com os movimentos sociais organizados, conseguiu realizar reformas que o País precisava fazer há mais de 10 anos. Refiro-me à reforma da Previdência, necessária para equilibrar a previdência dos servidores públicos e fazer com que os benefícios, no futuro, possam ser pagos, evitando que virem promessas no papel, prejudicando os servidores, os aposentados e os pensionistas. E essa reforma, que visa não só equilibrar a previdência dos servidores, mas também recuperar a capacidade de investimento do Estado brasileiro, foi feita em apenas 5 meses e, mais do que isso, a partir de uma proposta que surgiu do diálogo com todos os segmentos da sociedade brasileira. O Ministro Ricardo Berzoini, antes de enviar a esta Casa a proposta de reforma previdenciária, percorreu o País, recebeu Governadores, Prefeitos, entidades de servidores, empresários. A proposta chegou à Câmara dos Deputados e não teve um só segmento social envolvido com a questão da Previdência que não tivesse incorporado parte das suas reivindicações. Os servidores, por exemplo, tiveram garantida a integralidade e a paridade para aqueles que já estão no serviço público. Governadores, Prefeitos, empresários e bancadas de Deputados contribuíram para esse projeto. A bancada do Partido dos Trabalhadores ajudou muito a aprimorá-lo, mantendo o equilíbrio da previdência dos servidores e do Estado brasileiro. A participação ativa e competente de Deputadas e Deputados do PT e da base aliada permitiu o aperfeiçoamento da regra de transição, a garantia da integralidade e da paridade e a inclusão no sistema de 40,6 milhões de brasileiros, que hoje não têm qualquer cobertura previdenciária. O diálogo fraterno e aberto travado também com os partidos de oposição contribuíram para aprimorar a reforma previdenciária, mantendo o objetivo nacional de equilibrá-la para fortalecer o Estado brasileiro. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de setembro de 2003, p. 45170-45171).

Neste mesmo sentido, o deputado Nilson Mourão (PT-AC), afirma o seguinte em seu pronunciamento:

O diálogo, a transparência e o respeito têm ditado a relação do Governo com os servidores públicos no debate sobre a reforma da Previdência. Seminários, ciclos de debates, cartilhas explicativas e encontros de toda ordem vêm sendo feitos em todo o País para esclarecer a sociedade e ouvir sugestões, a fim de que as mudanças sejam feitas com respaldo popular e transparência. E muitos desses debates têm contado com a participação pessoal do Ministro Ricardo Berzoini. (...) Sr. Presidente, o que o nosso Governo está propondo é um debate transparente desses números e da realidade do sistema previdenciário brasileiro com a sociedade, para ao final decidir democraticamente se é legítimo e necessário reduzir as despesas com esse velho, insuficiente, injusto e concentrador sistema, para que, já no Orçamento de 2004, possamos ampliar os investimentos nas áreas que garantam melhoria dos indicadores sociais e propiciem crescimento econômico e geração de emprego e renda para todos os brasileiros. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02 de julho de 2003, p. 30320 – 30321).

Na formação do discurso de defesa da reforma, novos sentidos foram articulados em torno desse discurso, ou seja, a defesa ganha novas caracterizações. As significações de negociação e diálogo demonstram a ampliação desse discurso. Contudo, apresentando a variação do discurso petista construído quando era oposição e que não concordavam com a

reforma do governo anterior, seus sentidos se alteraram de forma significativa, mesmo tratando sobre temas, no mínimo, semelhantes.

Outra questão é a que está relacionada com a justiça que a reforma iria trazer, ou seja, a reforma faria as correções justas e necessárias para o sistema previdenciário brasileiro se restabelecer. Neste sentido, o deputado Paulo Rocha (PT-PA) afirma o seguinte:

A reforma da Previdência acaba com as aposentadorias milionárias pagas pelo Poder Público, garantindo a viabilidade de um sistema que possa assegurar uma Previdência Social básica, capaz de incluir a maioria dos brasileiros. Cerca de 42 milhões que não estavam inseridos no sistema de previdência social e agora, com a nova Previdência, podem vislumbrar a viabilidade de um sistema justo em que todos possam participar. Além disso, a reforma abriu caminho para a recomposição da capacidade de investimentos da União, dos Estados e dos Municípios. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de dezembro de 2003, p. 66862).

Fazendo uma alusão a reforma do governo Cardoso e tratando da justiça da reforma da Previdência do governo Lula, o deputado Nilson Mourão (PT-AC), afirma o seguinte:

O objetivo e a lógica da reforma da Previdência proposta pelo Governo Lula são rigorosamente diferentes dos que pautaram as tentativas anteriores. A dimensão social de nossa proposta está presente no objetivo de propiciar maior justiça ao uso dos recursos orçamentários. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02 de julho de 2003, p. 30320).

Vinculado à questão de justiça da reforma, os deputados do PT, aos significar a contribuição dos inativos, destacam a importância da mesma para o sistema previdenciário brasileiro, como podemos perceber nas palavras do deputado Nilson Mourão (PT-AC):

Sr. Presidente, uma das medidas mais polêmicas da reforma da Previdência diz respeito à cobrança dos inativos. A contribuição proposta pelo Governo é de 11 % acima da faixa de isenção, estabelecida em R\$ 1.058,00 para os atuais aposentados do setor público. Por exemplo, quem recebe R\$ 1.200,00 vai contribuir com 11 % apenas sobre R\$ 142,00, que é a diferença entre o valor do benefício e a faixa de isenção.

Ou seja, terá um desconto de apenas R\$ 15,62. Nesse caso, é importante ter clareza sobre a natureza do direito previdenciário. Quem contribui para a Previdência não o faz apenas para a sua aposentadoria, pois o sistema envolve pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, entre outros. Portanto, a contribuição dos inativos é uma medida de solidariedade e necessária para o equilíbrio do sistema. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 02 de julho de 2003, p. 30320).

Neste mesmo sentido, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) afirma o seguinte em seu pronunciamento:

Fizemos avançar o piso para a cobrança dos inativos, de 1.058 reais para 1.200 reais. Contribuição, aliás - é preciso destacar - , que nos foi dada pelo Congresso Nacional, na aprovação da medida, uma vez que muitos Estados e Municípios praticam até hoje a cobrança dos inativos sem qualquer piso.

Agora, esses entes da Federação serão obrigados a instituir o piso de 1.200 reais, o que irá beneficiar muitos trabalhadores, especialmente os que estão na ponta, nas áreas de segurança, educação, serviços básicos de atendimento à população. (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 18 de agosto de 2003, p. 37609).

Conforme foi demonstrado, a construção do discurso de defesa da reforma da Previdência articulou sentidos variados, ou seja, articulando desde a ineficiência do governo anterior até as justiça que seriam promovidas com a reforma. Novamente a questão sobre a necessidade de reforma retornou, se constituindo como um significante flutuante, pois estava contida no debate das duas reformas e nos sentidos dos dois partidos. O quadro abaixo (FIG. 3) demonstra as significações e os sentidos gerados pelos deputados petistas, tratando da reforma da previdência do governo Lula.

No entanto, não se pode afirmar que ocorreu a construção de um discurso hegemônico por parte do governo, visto que o partido acabou expulsando integrantes do partido por terem votado contra a proposta de reforma – além de ser acusado de mudar de posição ideológica e de esquecer tudo que antes defendia, o momento da reforma culminaram no episódio da expulsão de Luciano Genro, Babá e Heloisa Helena, que foram os casos mais emblemáticos. Na verdade, o racha interno no partido aponta para um antagonismo no próprio partido, pois, com os fatos ocorridos, o partido, por mais que tenha conseguido aprovar a reforma num tempo recorde – em menos de um ano de debate –, acabou perdendo políticos tradicionais e importantes no partido.

Quadro 4 – Sentidos sobre reforma da Previdência do governo Lula.

Percepção da reforma da Previdência do governo Lula – Deputados do PT	
Significação	Sentidos
1) Necessidade da reforma:	Reorganização do Estado, correções das distorções e críticas ao governo anterior (FHC) – incapacidade de realização da reforma;
2) Negociação e diálogo:	Melhorar a Previdência, transparência na reforma e ampliar investimentos em outras áreas;
3) Justiça da reforma:	Fim das aposentadorias milionárias, inclusão dos trabalhadores antes excluídos, melhor utilização das receitas da União e ampliar os investimentos em outras áreas;
4) Defesa da Contribuição dos inativos:	A contribuição é mais do que futuras Aposentadorias e beneficia a sociedade com a Seguridade Social;
5) Crítica a reforma anterior (FHC):	Não convenceu a sociedade, não teve força política – falta de jogo político.

Fonte: Diário da Câmara Federal – Grande Expediente (2003).

Como ocorrido na reforma realizada no governo de FHC do PSDB, a posição institucional ocupada pelo PT no momento da reforma realizada no governo Lula foi um dos principais elementos que colocou seus integrantes a favor da reforma. Diferentemente da reforma realizada no governo tucano, não podemos atribuir as origens do partido a posição adotada pela maioria dos parlamentares petistas na reforma do governo Lula. Pelo contrário, aqui é identificada uma das principais alterações no partido. Além disso, podemos afirmar que essa é a primeira “metamorfose” do partido enquanto governo. Neste caso, contrapondo a reforma anterior, o ponto nodal desse discurso foi o posicionamento em defesa da reforma pelos parlamentares petistas que, formado pelas significações, geraram sentidos em favor da reforma. No entanto, não podemos identificar, no discurso dos representantes petistas, um sentido hegemônico defendendo a reforma de seu governo, visto que alguns integrantes do partido (Heloisa Helena, Baba e Luciana Genro) foram expulsos por votarem contra.

Considerações

Foi destacado que no decorrer do mandato de FHC como Presidente da República, o PT e seus integrantes se constituíram como a “grande” oposição ao governo do PSDB. Neste contexto, em que o PT fazia oposição ao governo FHC, a reforma da Previdência foi uma dessas políticas proposta pelo então governo tucano que os representantes do PT, representados neste artigo pelos seus parlamentares, se colocaram de forma contrária e produziram um discurso crítico e hegemônico. Tal atitude pode ser atribuída ao seu papel de oposição exercido pelo partido, bem como a partir de suas diretrizes contidas em seus documentos de formação e em seus programas de governo apresentados nas eleições presidenciais até a reforma.

No entanto, no ano de 2002, com a vitória de Lula, o papel do PT se inverteu, passando de oposição para situação. É neste momento político, com um novo cenário político institucional, que o PT altera de forma significativa seu discurso e acaba defendendo políticas que antes criticava. Logo em seu primeiro ano de governo o partido apresentou um “novo” projeto de reforma da Previdência, contrariando seu discurso produzido contra a reforma realizada durante o governo FHC.

O partido, nessa nova posição, passou a adotar políticas contraditórias com relação ao seu discurso de formação e de campanhas eleitorais anteriores (1989 1994 e 1998). Neste contexto, o partido passou a compreender melhor o “real” entendimento do funcionamento da política institucional a nível nacional, o que aponta para novas preocupações, além das já ventiladas em suas campanhas eleitorais, como o combate a fome e a distribuição de renda.

Por outro lado, é neste ponto que reside o momento de variação discursiva do partido; a preocupação, em grande medida, sempre existiu, mas sempre argumentada a partir de uma posição diferente. Portanto, a mudança de posição – de oposição para situação – numa dimensão institucional afetou sua identidade política, marcada, de forma primária como governo, pela proposta de reforma da Previdência de 2003.

Como foram apresentados nas seções anteriores, os argumentos utilizados pelos parlamentares do PT seguiram justificativas distintas, o que marca seu deslocamento discurso no decorrer dessa inversão de posições. Em relação à reforma da Previdência do governo FHC, buscou desconstruir seu fundamento a partir das perdas que tal reforma iria impor aos trabalhadores da ativa e dos que já estavam aposentados. No entanto, ao se tornar governo apresentou uma proposta tão restritiva quando a que combatia quando era oposição, incluindo a “taxação” dos inativos. Foi construído pelos parlamentares petistas, como justificativa para a reforma realizada no governo Lula, um sentido de preocupação com a Previdência, tendo em vista sua fragilidade causada por problemas de financiamento e o aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Sendo assim, segundo o novo discurso petista, a reforma era fundamental para garantir seu funcionamento e sua “saúde” futuramente, mesmo que para isso fosse necessário ampliar os requisitos para que os sujeitos pudessem se aposentar.

Então, a reforma da Previdência do governo Lula marcou essa “guinada” no discurso petista após se tornar governo, se preocupando mais com questões administrativas do que elementos carregados de ideologia de seu momento de fundação.

REFORMANDO LA REFORMA Y REESTRUCTURANDO EL DISCURSO: LAS PERSPECTIVAS DE LOS DIPUTADOS DEL PT EN LAS REFORMAS DE LA PREVIDENCIA DE LOS GOBIERNOS FHC Y LULA

Resumèn

Conocido por su posición opositora al gobierno FHC (PSDB), el PT y sus integrantes se colocaron contra la reforma de la Previdencia promovida por el entonces gobierno del PSDB. Sin embargo, tan pronto como se convirtió en gobierno, Lula (PT) no medio esfuerzos para aprobar una reforma en los mismos moldes del gobierno antecesor. En este sentido, el objetivo de este artículo es presentar las propuestas de reformas de la Previdencia de los gobiernos FHC y Lula e identificar los argumentos de los diputados petistas pronunciados durante las Secciones del Gran Expediente de la Cámara Federal en el período que comprende la tramitación de las reformas, entre 1995 y 1998 Para la reforma del gobierno FHC, y en 2003 para la reforma del gobierno de Lula, con el intuito de verificar su variación discursiva en este contexto entre las reformas, momento en que el partido invierte su posición institucional. Para ello, se utilizarán los aspectos teóricos y metodológicos de la teoría del discurso de Laclau y Mouffe, tales como discurso, articulación y antagonismo, imprescindibles para la captura de los sentidos atribuidos a las reformas por los

parlamentarios del PT. En el caso de que el Gobierno de la República Bolivariana de las Naciones Unidas, en el marco de la Convención de las Naciones Unidas, Que se convirtió en gobierno.

Palabras clave: Partido de los Trabajadores; Reformas de la Seguridad Social; Teoría del Discurso.

REFORMING REFORM AND RESTRUCTURING THE DISCOURSE: THE PERSPECTIVE OF THE PT MEMBERS IN THE SOCIAL SECURITY REFORM OF THE GOVERNMENT'S OF FHC AND LULA

Abstract

Known for its opposition to the FHC (PSDB) government, the PT and its members opposed the Social Security reform promoted by the then PSDB government. However, as soon as it became government, Lula (PT) did not make average efforts to approve a reform in the same way as the predecessor government. In this sense, the objective of this article is to present the proposals of reforms of the Social Security of the governments FHC and Lula and to identify the arguments of the petistas deputies made during the Sections of the Great Expedient of the Federal House in the period that includes the process of the reforms - between 1995 and 1998 for the reform of the FHC government, and in 2003 for the reform of the Lula government - with the intuition of verifying its discursive variation in this context between the reforms, at which time the party reverses its institutional position. For that, the theoretical and methodological aspects of Laclau and Mouffe's discourse theory, such as discourse, articulation and antagonism, will be used to capture the meanings attributed to the reforms by the PT parliamentarians. Thus, with the arrival of the PT under the command of the Federal Executive, the reforms clearly mark the variation of the discourse of the members of the party and, therefore, of the party itself, in view of being one of the first policies implemented by the party. Which became government.

Keywords: Workers' Party; Social Security Reforms; Discourse Theory.

Referências

AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças no programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçon, 2003.

BATICH, Mariana. A Previdência Social Brasileira: perdas e perspectivas. **Argumentum**. Vitória, v. 2, n. 1, p. 20-30, 2010.

BRANT, Roberto. Desenvolvimento social, Previdência e pobreza no Brasil. **Conjuntura Social**, Brasília, v.12, n. 2, 2001.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2009. [Online]. Disponibilidade: <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp>. Acesso: 2012.

BRASIL. **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. Reforma da Previdência do governo Lula. 2002**. [Online]. Disponibilidade: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=129815&filename=PEC+40/2003>. Acesso: 2011 – 2012.

BRASIL. **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 33/1995**. 1995. [Online]. Disponibilidade: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=28/03/1995&txpagina=4489&altura=650&largura=800>. Acesso: 2010 – 2012.

BRASIL. **PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 40/2002**. 2002. [Online]. Disponibilidade: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=129815&filename=PEC+40/2003>. Acesso: 2010 – 2011.

CAMPELO, Daniela; ZUCCO, Cesar. A esquerda em um país democrático, globalizado e desigual: Uma análise do Brasil de Lula. Disponível em: <http://www.iuperj.br/site/czucco/czucco_files/ZuccoCampello.pdf> acessado em 25 de abril de 2014.

CORRAL DE FREITAS, Felipe. O Programa Fome Zero e a Disputa Discursiva entre o PT e o PFL. **Publicatio**, Ponta Grossa, v.19, n. 2, p 167-179, 2011.

_____. **Invertendo a Situação: As reformas da Previdência e a comparação discursiva entre PSDB e PT**. Saarbrücken – Alemanha : Novas Edições Acadêmicas, 2013, v.1. p.253.

_____. De Situação a Oposição: a reforma da Previdência do governo Lula a partir da perspectiva dos deputados do PSDB. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, n.16, p.131-156, 2015b.

_____. A posição antagônica do discurso do PT contra a reforma da Previdência do governo Cardoso. **Revista Simbiótica**, Vitória, v.3, n.1, p.100-127, 2016.

GARCIA, Ciro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. 2. Ed. Rio de Janeiro: achiamé, 2012.

KINZO, Maria D’Alva G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

----- **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

----- **A Razão Populista**. São Paulo, Três Estrelas, 2013.

MARCHART, Oliver. **El pensamiento político posfundacional: la diferencia política em Nancy, Lefort, Badiou e Laclau**. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2009. 257p.

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana; MENDES, Áquilas. Previdência Social Brasileira: um balanço da reforma. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. v.17, n.1, p. 111-121, 2003.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas; UGINO, Camila; ANDRADE, Patrick. A Previdência Social: da constituição à reforma de Lula. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre, v.8, n. 2, p.195-218, 2009.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo. v.18, n.3, p. 3-15, 2004.

----- Servindo a dois Senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katálisis**. Florianópolis. v.10. n.1, p.15-23, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo; ANASTASIA, Fátima. A Reforma da Previdência em Dois Tempos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. v. 48, n. 2, p. 301-332, 2005.

MELO, Marcus André. Reformando a Reforma: interesses, atores e instituições da Seguridade Social no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 4, 1996.

----- **Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MENDONÇA, Daniel. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção a noção de significante vazio. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, n. 18, p.55-71, 2003.

----- A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Red. de Revistas Científicas da América Latina y el Caribe**, Espanha e Portugal. v.43, n. 3 p.249-258, 2007.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

NAKAHODO, Sidney Nakao e SAVOIA, José Roberto. A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. **RBCS**, São Paulo. v.23, n.66, p. 45-58, 2008.

NETO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

PANIZZA, Francisco (org.). **El populismo com espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2009.

PROGRAMA DO PT. **Programa de Governo 1989**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

----- **Programa de Governo 1994**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

----- **Programa de Governo 1998**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

----- **Programa de Governo 2002**. Disponível www.pt.org.br. Acesso em 05 de janeiro de 2015.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 2010, n° 87, pp. 61-75.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. **RBCS**, São Paulo. V.17, n° 48, 2002, p. 31-47.

SAMUELS, David; As bases do petismo. **Opinião Pública**, Campinas, v.10, n. 2, p.221-241, 2004.

SAMUELS, David. A evolução do petismo. **Opinião Pública**, Campinas, v.14, pp. 302-318, 2008.

TEIXEIRA, Andréa. *Reforma e contra-reforma da Previdência Social no Brasil de hoje*. **Revista Katálisis**, Florianópolis. n. 5, 2001. pp: 49-62.

TERRON, Sonia Luiza & SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases eleitorais do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 16, n° 2. Campinas, 2010, pp. 310-37.

WILLIANS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2012. 255p.

Data de recebimento: 21/06/2017

Data de aceite: 02/12/2017

Sobre o autor:

Felipe Corral de Freitas é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mestre em Ciência Política pela UFPEL, e doutorando em Ciência Política na Universidade de Brasília (Unb). Foi professor substituto de Ciência Política no Instituto de Ciência Política da UnB. Endereço Eletrônico: felipecorrall@gmail.com